

Tratamento contábil

Ativo Imobilizado e Intangível



Seminário Brasileiro de
Contabilidade
aplicada ao
Setor Público

Oficina 1 – Ativo Imobilizado e Intangível

CH: 4 h

Conteúdo:

1. Registro, Mensuração e Avaliação de Ativo Imobilizado e Intangível;
2. Tratamento contábil dos bens de uso comum do povo;
3. Aspectos práticos.

Leitura Básica

Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais

Pré-requisito recomendável:

Noções de contabilidade patrimonial.

Disponível em:

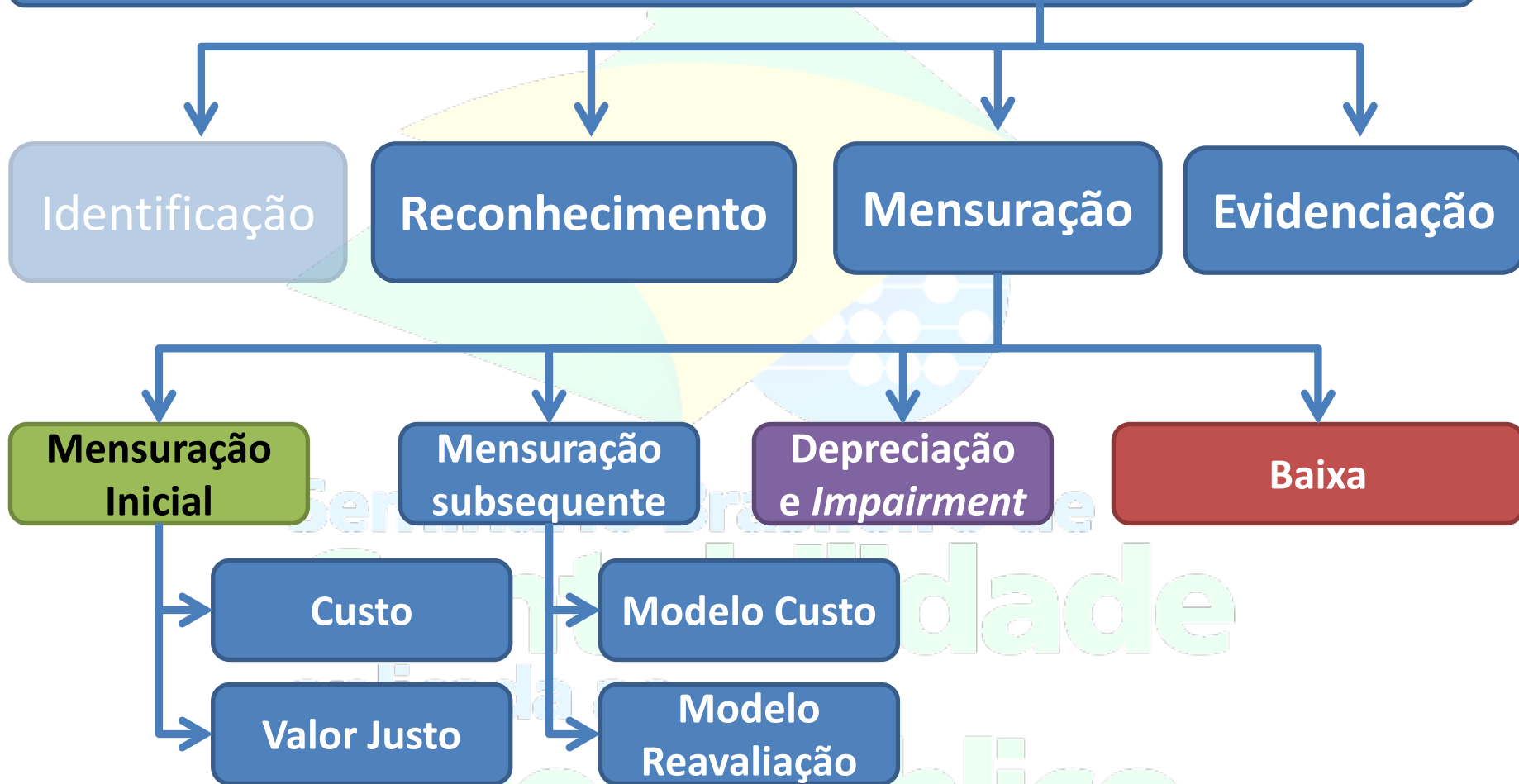
http://www.stn.gov.br/contabilidade_governamental/manuais.asp



ATIVO IMOBILIZADO

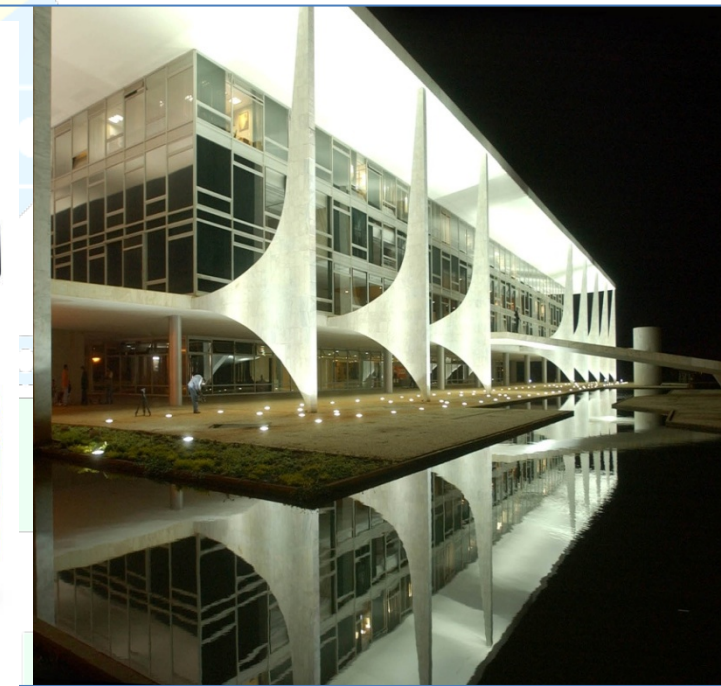
Contabilidade
aplicada ao
Setor Público

Ativo Imobilizado



Conceito

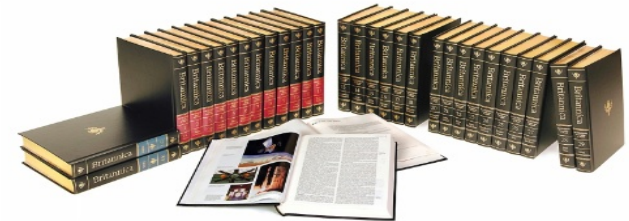
É o item **tangível** que é mantido para o **uso** na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos, inclusive os decorrentes de operações que **transfiram para a entidade os benefícios, riscos e controle desses bens.**



Setor Público

Bens Móveis

Valor da aquisição ou incorporação de bens corpóreos, que têm existência material e que podem ser **transportados por movimento próprio ou removidos por força alheia sem alteração da substância** ou da destinação econômico-social, para a produção de outros bens ou serviços.




Bens Imóveis

Compreende o valor dos bens vinculados ao terreno que **não podem ser retirados sem destruição ou dano**.

Uso especial

Dominiais

Uso comum

| ATO / FATO | ATIVO IMOBILIZADO | OUTROS |
|---|--|--------------------------|
| 1. IMÓVEL PARA FINS ADMINISTRATIVOS | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 2. ARRENDAMENTO MERCANTIL OPERACIONAL | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 3. TERRENO SEM FINALIDADE PRECISA (PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO) | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 4. OBRAS DE ARTE | <div>Obras de arte e peças para reposição</div>  | <input type="checkbox"/> |
| 5. PEÇAS PARA REPOSIÇÃO | | <input type="checkbox"/> |
| 6. <i>Software</i> adquirido | <div>Em museus, galerias, destinados a manutenção de sua atividade.</div> | |

Mensuração *inicial* com base no valor de:

Aquisição

Produção

Construção

Inclui-se os **gastos adicionais** ou complementares

CUSTOS SUBSEQUENTES

| ITEM | NÃO RECONHECE | RECONHECE | OBSERVAÇÕES |
|----------------------------------|---------------|-----------|-------------|
| Manutenção periódica | | | |
| Melhoria ou adição significativa | | | |

Bens imobilizados obtidos a título gratuito: Reconhecidos pelo valor justo na data de aquisição, observando: I) Valor resultante de avaliação técnica, e; II) Valor patrimonial definido nos termos da doação.

ITENS A SEREM OBSERVADOS NA MENSURAÇÃO DO IMOBILIZADO

| ITEM | ENTRA NO CUSTO DO IMOBILIZADO | NÃO ENTRA NO CUSTO DO IMOBILIZADO |
|--|-------------------------------|-----------------------------------|
| Tributos não recuperáveis | | |
| Descontos Comerciais | | |
| Abatimentos | | |
| Custos de pessoal decorrentes de aquisição ou construção | | |
| Custos de preparação do local | | |
| Frete e manuseio | | |
| Honorários | | |
| Custos administrativos | | |

Setor Público

Mensuração antes e após o reconhecimento – Método do Custo

Gastos passíveis de apropriação ao custo do imobilizado.

Gastos subsequentes, passíveis de apropriação ao valor do imobilizado segundo o *método do custo*.

O item está no local e em condições de operar, na forma pretendida pela administração.

Aquisição de um veículo, tipo UTI Móvel, adquirida no exterior:

| COMPÕEM O CUSTO DE AQUISIÇÃO? | R\$ |
|--|---------|
| Valor do bem | 300.000 |
| Frete FOB | 3.000 |
| Impostos não recuperáveis | 30.000 |
| Gasto com fax e telefone para aquisição do bem | 310 |
| Seguro | 20.000 |
| Custo de aquisição do Bem | |

O bem já está em condições de uso? Já pode ser depreciado?

Quando do recebimento da UTI Móvel verificou-se, apesar de o bem atender o termo de referência, que faltava um equipamento técnico essencial para atender as especificidades da legislação do SUS.

O custo de aquisição desse equipamento é de R\$ 5.000.

| Compõem o custo de aquisição? | R\$ |
|-------------------------------|---------|
| Equipamento técnico | 5.000 |
| Valor Bruto do Bem | 353.000 |
| Novo custo de aquisição | |

Custo de aquisição ou subsequente?

Após dez mil quilômetros de uso a UTI Móvel foi conduzida para revisão. O custo de manutenção foi de R\$ 800.

Contabilização:

| Compõem o custo do bem? | R\$ |
|-------------------------|-----|
| Manutenção periódica | 800 |

| | | |
|---------------------|--|-----|
| D - 3.3.1.1.1.25.00 | VPD – Material para manutenção de Bens | 800 |
| C - 1.1.1.1.1.01.00 | Caixa ou Fornecedores | 800 |

Contabilidade
aplicada ao
Setor Público

Reavaliação, Redução ao valor recuperável, Análise Horizontal e Vertical

Contabilidade
aplicada ao
Setor Público

Reavaliação

É a adoção do **valor de mercado** ou do **valor de consenso** entre as partes, *quando esse for superior ao valor líquido contábil.*

Reavaliação = Valor Líquido Contábil < Valor Justo

Redução ao valor recuperável – RVR (impairment)

É a redução nos benefícios econômicos futuros ou no potencial de serviços de um ativo, que reflete um **declínio na sua utilidade** além do reconhecimento sistemático por meio da depreciação.

Valor recuperável

É o **valor de venda** de um ativo **menos o custo para a sua alienação (preço líquido de venda)**, ou o valor que a entidade do setor público espera recuperar pelo uso futuro desse ativo nas suas operações, estimado com base nos fluxos de caixa ou potencial de serviços futuros trazidos a valor presente por meio de taxa de desconto **(valor em uso), o que for maior.**

Mensuração após o reconhecimento – Política Contábil – Custo ou Reavaliação

A entidade deve escolher ou o **método de custo** ou o **método de reavaliação** como sua política contábil e deve aplicar tal política para uma classe inteira de ativos imobilizados.

| | |
|-------|--|
| CUSTO | Um item do ativo imobilizado deve ser evidenciado pelo custo menos qualquer depreciação e redução ao valor recuperável acumuladas. |
| REAV. | <p>O item do ativo imobilizado cujo valor justo possa ser mensurado confiavelmente deve ser apresentado pelo seu valor reavaliado, correspondente ao seu valor justo à data da reavaliação menos qualquer depreciação e redução ao valor recuperável acumuladas subsequentes.</p> <p>A reavaliação deve ser realizada com suficiente <i>regularidade</i> para assegurar que o valor contábil do ativo não difira materialmente daquele que seria determinado usando-se seu valor justo na data das demonstrações contábeis.</p> |

A reavaliação visa assegurar que o valor dos ativos não difira materialmente de seu valor justo na data das demonstrações contábeis. O conceito abrange tanto a reavaliação positiva, quando o bem está registrado abaixo de seu valor justo, quanto à reavaliação negativa, quando o bem está registrado acima de seu valor justo. ***Esse procedimento não deve ser confundido com a redução ao valor recuperável que tem como principal características a perda de utilidade do bem.***

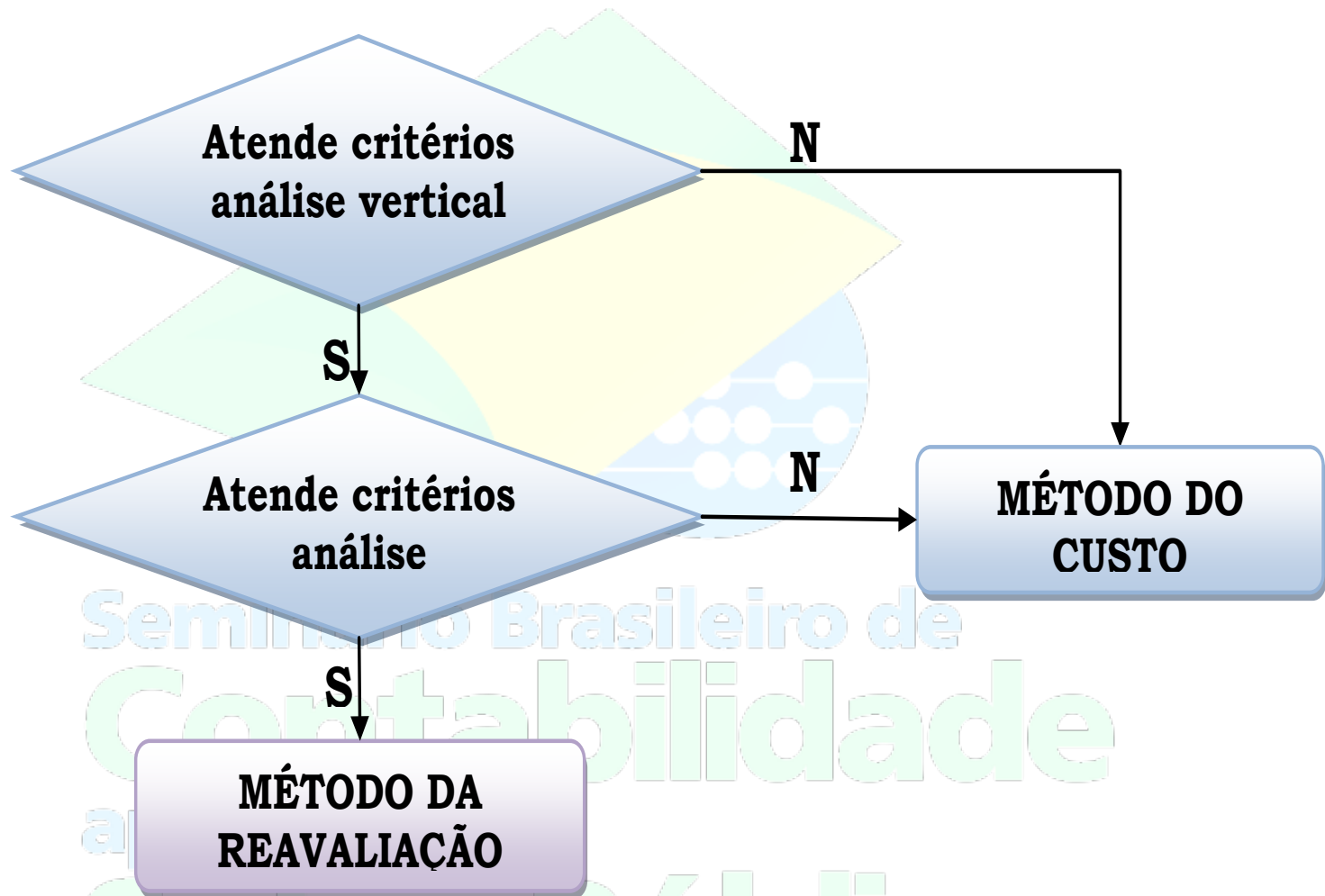
A redução ao valor recuperável, pressupõe, uma redução nos benefícios econômicos futuros ou no potencial de serviços de um ativo, que reflete um declínio na sua utilidade além do reconhecimento sistemático por meio da depreciação

A avaliação, a reavaliação e a mensuração da perda por redução ao valor recuperável poderão ser realizadas a partir de laudo técnico elaborado, preferencialmente, por comissão criada para este fim, ou por perito, ou, ainda, por entidade especializada.

A comissão deverá ser composta de servidores de provimento efetivo, com conhecimentos nas áreas afetas ao tema. Nomeada por autoridade competente, deverá possuir a prerrogativa de convocar outros servidores para assessoramento, sempre que se demonstrarem necessários conhecimentos específicos passíveis de serem obtidos dentro da própria instituição.

Mensuração após o reconhecimento – Análise horizontal e vertical

– Custo ou Reavaliação



a) Análise vertical (*representatividade* do item em relação ao subgrupo)

O título “**bens móveis**” do subgrupo “imobilizado” da entidade é **dividido em 38 itens**. Nesse sentido, a fórmula para obtenção do percentual considerado de corte para o caso em análise é dada por:

(VLC Item) / (VLC Subgrupo) > 1/(nº itens), em que:

- I. VLC Item: valor líquido contábil do Item;
- II. VLC Subgrupo: valor líquido do respectivo subgrupo imobilizado;
- III. Nº de Item: a quantidade de Itens utilizados pela entidade para evidenciar seu imobilizado.

Considerando que o bem a ser avaliado é um veículo, temos:

VLC Item veículos: 352.003.707

VLC Imobilizado: 1.544.827.422

$(\text{VLC Classe}) / (\text{VLC Subgrupo}) = 352.003.707 / 1.544.827.422 = \mathbf{0,2278}$

$1/(\text{nº Itens}) = 1/38 = 0,0263$, ou **2,63%**

b) Análise horizontal (*materialidade do item em relação a ele mesmo*)

Há elementos indicativos de que o **valor justo** do bem - **veículos** pode sofrer **variação igual ou superior a 10%** de seu **valor líquido contábil** registrado no patrimônio. O principal subsídio para essa constatação é o valor de mercado de veículo similar, segundo tabela de preço médio de veículos da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, e em revistas do segmento de veículos.

Nesse caso, **o critério da materialidade do item em relação a ele mesmo é atendido**. Como o critério da representatividade também foi atendido, passa-se à reavaliação do bem.

c) Reavaliação

Veículo Marca X, Modelo Y, ano de fabricação/modelo: 20X0, placa MGS 0001, adquirido por compra, em 1º/julho/20X0, colocado em uso na mesma data, com **vida útil estimada em 5 anos**. O **valor de aquisição do bem é R\$ 70.000** e o valor residual do bem é de R\$ 10.000.

Cálculo da depreciação mensal a partir da aquisição e colocação em uso:

Valor depreciável = (valor de aquisição – valor residual estimado)

Depreciação anual = (valor depreciável) / (vida útil estimada em anos)

Depreciação anual = R\$ 60.000 / 5 anos = R\$ 12.000/ano.

Depreciação mensal = (valor da depreciação anual) / 12 meses

Depreciação mensal = R\$ 12.000 / 12 meses = R\$ 1.000/mês.

Lançamentos Contábeis

1) Pela apuração do valor contábil líquido

| | Código da Conta | Título da Conta | Valor |
|---|-----------------|-----------------------|--------|
| D | 1.2.3.8.X.XX.XX | Depreciação acumulada | |
| C | 1.2.3.1.1.05.01 | Veículos em Geral | 12.000 |

2) Pelo registro da diferença entre o valor contábil do bem em 30/6/20X1 e o valor de mercado em julho/20X1:

| | Código da Conta | Título da Conta | Valor |
|---|-----------------|----------------------------|-------|
| D | 1.2.3.1.1.05.01 | Veículos em Geral | |
| C | 4.6.1.1.X.XX.XX | Reavaliação de imobilizado | 4.000 |

a) Análise vertical (representatividade da classe em relação ao subgrupo)

O título “**bens imóveis**” do subgrupo “imobilizado” da entidade é dividido em 10 itens. Nesse sentido, a fórmula para obtenção do percentual considerado de corte para o caso em análise é dada por:

(VLC Item) / (VLC Subgrupo) > 1/(nº itens), em que:

- I. *VLC Item: valor líquido contábil do Item;*
- II. *VLC Subgrupo: valor líquido do respectivo subgrupo imobilizado;*
- III. *Nº de Item: a quantidade de Itens utilizados pela entidade para evidenciar seu imobilizado.*

Considerando que o bem a ser avaliado é um edifício, temos:

VLC Item: 1.316.820.329

VLC Imobilizado: 2.482.859.786

$(\text{VLC item}) / (\text{VLC Imobilizado}) = 1.316.820.329 / 2.482.859.786 = \mathbf{0,5304}$

$1/(\text{nº classes}) = 1/10 = 0,10$, ou **10,00%**

b) Análise horizontal (*materialidade do item em relação a ele mesmo*)

O **edifício** está registrado no sistema de patrimônio, que serve de suporte ao **registro contábil, por R\$ 14.270.000**. De acordo com os dados disponíveis, **há elementos indicativos de que o valor justo** do bem em questão pode **sofrer variação igual ou superior a 10% de seu valor líquido contábil**.

O principal subsídio para essa constatação é o **valor do metro quadrado** na região, segundo tabela própria publicada pelo **setor imobiliário e pela Caixa Econômica Federal**.

Nesse caso, o critério da materialidade do item em relação a ele mesmo é atendido. Como o critério da representatividade também foi atendido, passa-se à reavaliação do bem.

c) Reavaliação

Edifício localizado na capital do Estado, com 8.616 metros quadrados de área construída, em ótimo estado de conservação, com data de conclusão em 1º/julho/20X1, colocado em uso na mesma data, para abrigar as diversas estruturas centrais da Secretaria de Estado da Fazenda, com **vida útil estimada de 40 anos**. O **valor de construção** do bem é de **R\$ 14.000.000** e o **valor residual** do bem é de **R\$ 2.000.000 (14,286%)**.

Cálculo da depreciação mensal a partir da conclusão da construção do bem e colocação em uso:

Valor depreciável = (valor de aquisição – valor residual estimado)

Depreciação anual = (valor depreciável) / (vida útil estimada em anos)

Depreciação anual = R\$ 12.000.000 / 40 anos = R\$ 300.000/ano.

Depreciação mensal = (valor da depreciação anual) / 12 meses

Depreciação mensal = R\$ 300.000 / 12 meses = R\$ 25.000/mês.

Lançamentos Contábeis

1) Pela apuração do valor contábil líquido

| | Código da Conta | Título da Conta | Valor |
|---|------------------------|--------------------------------------|------------------|
| D | 1.2.3.8.1.02.00 | Depreciação acumulada – bens imóveis | |
| C | 1.2.3.2.1.01.02 | Edifícios | 1.200.000 |

4) Pelo registro da diferença entre o valor contábil do bem em 30/6/2012 e o valor de mercado em julho/2012:

| | Código da Conta | Título da Conta | Valor |
|---|------------------------|----------------------------|------------------|
| D | 1.2.3.2.1.01.02 | Edifícios | |
| C | 4.6.1.1.X.XX.XX | Reavaliação de imobilizado | 1.000.000 |

Principais fontes externas de informação

Quando houver mercado ativo para o bem, mas esse não puder mais ser utilizado, o valor de mercado desse bem caiu significativamente mais do que seria esperado pela passagem do tempo ou uso normal

Ex.:

Uma escola fechada por causa da falta de demanda de serviços escolares resultante do deslocamento da população a outras áreas. Não está antecipado o fato de que esta tendência demográfica que afeta a demanda dos serviços escolares será revertida no futuro próximo;

Setor Público

Principais fontes externas de informação

Término, ou proximidade do término de demanda ou de necessidade de serviços fornecidos pelo ativo

Ex.:

O Município adquiriu diversas varredoras mecânicas portáteis para o serviço de limpeza urbana. Entretanto, a CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes no Trabalho), baseada em laudos e em fatos ocorridos em outros Municípios da região, que tomaram igual providência, recomendou o abandono da utilização desse método de varrição, em virtude da possibilidade de surgimento de doenças crônicas oriundas do barulho, dos gases expelidos e do peso sobre a coluna vertebral que o aparelho causa.

Principais fontes externas de informação

Mudanças significativas de longo prazo, com efeito adverso sobre a entidade, que ocorreram durante o período, ou que ocorrerão em futuro próximo, no ***ambiente tecnológico, econômico ou legal***, no qual a entidade opera.

Ex.:

Ambiente tecnológico: equipamento de diagnóstico médico que raramente ou nunca é usado porque uma máquina mais nova que possui uma tecnologia mais avançada fornece resultados mais exatos (a utilidade do serviço do ativo foi reduzida porque a tecnologia avançou para produzir alternativas que proporcionam um serviço melhor ou mais eficiente);

Identificação da ocorrência de Perda por Irrecuperabilidade

Principais fontes internas de informação

Evidência de dano físico de um ativo

Ex.:

- a) Um edifício danificado por um incêndio, inundação ou outros fatores;
- b) Equipamentos danificados e que já não podem ser consertados por não ser economicamente viável.

aplicada ao
Setor Público

Principais fontes internas de informação

Mudanças significativas de longo prazo, com efeito adverso sobre a entidade, que ocorreram durante o período, ou que ocorrerão em futuro próximo, da medida ou maneira em que um ativo é ou será usado, seja por alteração de planos, operações ou utilidade de um ativo antes da data anteriormente prevista

Ex.:

O Município locou um terreno e comprou um britador, que vinha sendo utilizado para o fornecimento deste material para as obras de manutenção das vias públicas. Com a implantação do centro de custos, é notado que o custo do aluguel, manutenção do britador, pagamento de pessoal que trabalha no britador e o transporte da brita é mais oneroso que licitar e comprar brita de empresas terceirizadas.

Principais fontes internas de informação

Decisão de interrupção de construção de um ativo, ou antes de sua conclusão, ou antes de entrar em operação

Ex.:

O Município decidiu construir um viaduto para desafogar o trânsito na região central. Entretanto, antes mesmo da conclusão da obra, soube-se que o Estado decidira abrir nova rodovia, para atender ao fluxo não só daquele Município, mas de toda a região, que tornaria totalmente desnecessária o viaduto.

aplicada ao
Setor Público

Principais fontes internas de informação

Evidência de que o desempenho dos serviços de um ativo está ou estará pior do que o esperado, como custo de operação ou manutenção acima do esperado, ou nível de produtividade abaixo do esperado

Ex.:

Numa região de seca, a prospecção no solo indicou a presença de lençol freático. O município decidiu adquirir o maquinário para perfuração e construção de estações de tratamento e distribuição de água. Entretanto, a população, ao ter que arcar com as despesas do encanamento para alimentar suas propriedades, decidiu não fazê-lo e perfurar seus próprios poços artesianos.

Setor Público

Bens de uso comum

Contabilidade aplicada ao Setor Público

Conceito de Patrimônio Público

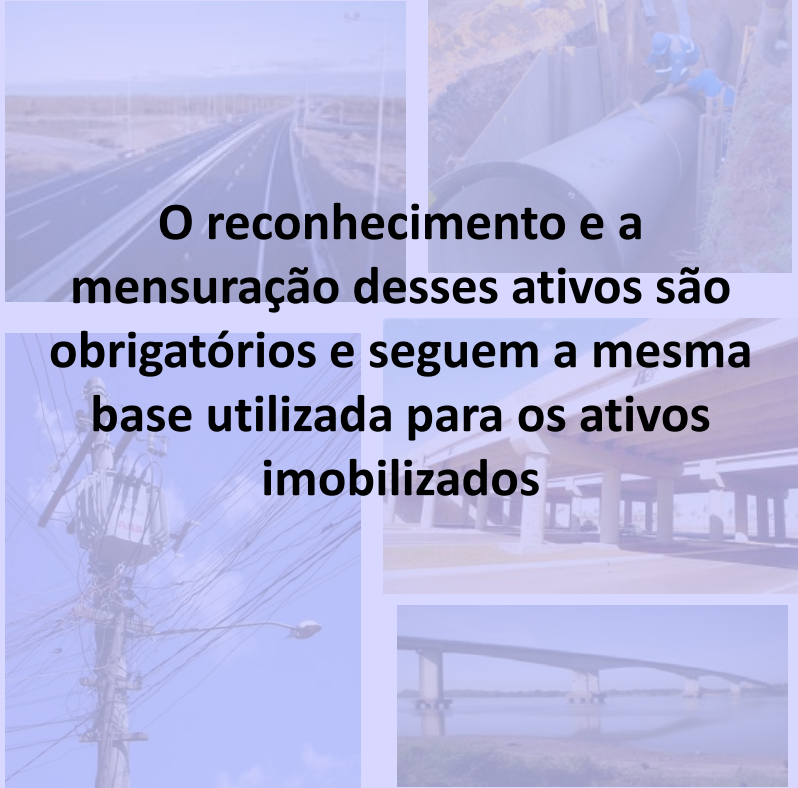


Conceito de Patrimônio Público

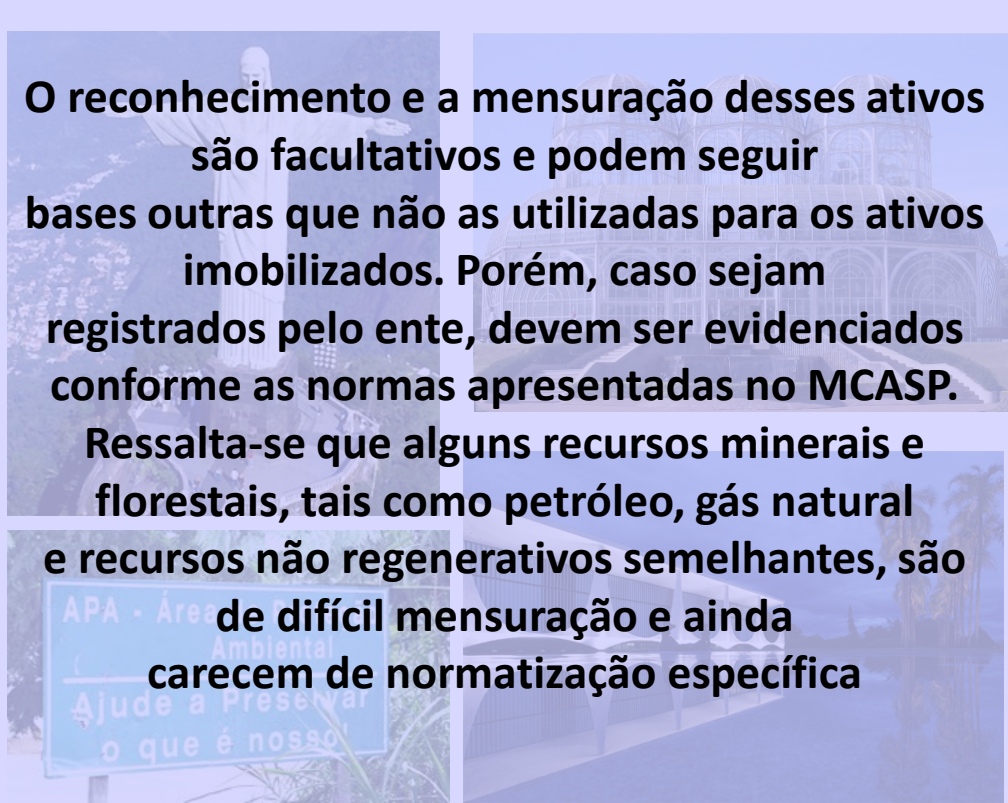
MCASP, parte II:
Bens de Uso Comum do
Povo:

☐ Ativos de Infraestrutura

☐ Bens do Patrimônio Cultural



O reconhecimento e a mensuração desses ativos são obrigatórios e seguem a mesma base utilizada para os ativos imobilizados



O reconhecimento e a mensuração desses ativos são facultativos e podem seguir bases outras que não as utilizadas para os ativos imobilizados. Porém, caso sejam registrados pelo ente, devem ser evidenciados conforme as normas apresentadas no MCASP.

Ressalta-se que alguns recursos minerais e florestais, tais como petróleo, gás natural e recursos não regenerativos semelhantes, são de difícil mensuração e ainda carecem de normatização específica

Construção de uma rede de saneamento.

Determinado município previu em seu Plano Plurianual a construção de uma rede de saneamento básico. O custo orçado foi de dez milhões.

Como o setor contábil irá contabilizar esse ativo?

O contador deverá contabilizar esse bem de infraestrutura no **Ativo Imobilizado – Bens Imóveis em Andamento** enquanto estiver em construção.

Quando finalizado, o bem deverá ser reclassificado para **Ativo Imobilizado – Bens de Uso Comum do Povo – Sistema de Esgoto**.

O Custo de Construção pode ser determinado de duas formas:

- I - Quando o ente for o executor** - Planilha de acompanhamento de execução do próprio ente; ou
- II - Quando o ente licitar** - Planilha de acompanhamento de medição do contrato licitatório atestada.

Planilha de acompanhamento de execução de obra do próprio ente

| COMPÕEM O CUSTO DE AQUISIÇÃO? | MÊS 1 | MÊS 2 | Mês $n = 10$ <i>Fim da const.</i> |
|---|------------------|------------------|--------------------------------------|
| Custo de preparação do local | 100.000 | 200.000 | 1.000.000 |
| Serviços Topográficos | 15.000 | 30.000 | 150.000 |
| Terraplenagem | 200.000 | 400.000 | 2.000.000 |
| Gasto com fax, telefone para aquisição do bem | 500 | 700 | 2.000 |
| Seguro | 15.000 | 30.000 | 150.000 |
| Drenagem | 20.000 | 40.000 | 200.000 |
| Tubulações e canos | 800.000 | 1.600.000 | 8.000.000 |
| Cimento, areia, concreto | 300.000 | 600.000 | 3.000.000 |
| Outros | 200.000 | 400.000 | 2.000.000 |
| Mão de obra | 300.000 | 600.000 | 3.000.000 |
| Custo de construção do Bem | 1.950.000 | 3.900.000 | 39.000.000 |

Planilha de acompanhamento de medição do contrato licitatório atestada

| | MÊS 1 | MÊS 2 | Mês $n = 10$ <i>Fim da const.</i> |
|----------------------------|-----------|-----------|--------------------------------------|
| Medição Atestada | 1.950.000 | 3.900.000 | 39.000.000 |
| Custo de construção do Bem | 1.950.000 | 3.900.000 | 39.000.000 |

Contabilização do bem em andamento:

| | | |
|---------------------|---------------------------|--|
| D – 1.2.3.2.1.06.00 | Bens imóveis em andamento | |
| C - 1.1.1.1.1.01.00 | Caixa ou Fornecedores | |

Contabilização do bem finalizado:

| | | |
|---------------------|--|------------|
| D – 1.2.3.2.1.06.00 | Bens de uso comum – bens de infraestrutura | 39.000.000 |
| C – 1.2.3.2.1.06.00 | Bens imóveis em andamento | 39.000.000 |

Tratamento específico de alguns imobilizados

Contabilidade
aplicada ao
Setor Público

A entidade deve avaliar as **situações** em que as aquisições de **bens de pequeno valor** deverão ser **reconhecidas** como ativo **imobilizado ou não**. Embora um bem tenha sido adquirido como permanente, ou seja, a despesa com sua aquisição tenha sido classificada orçamentariamente como despesa de capital, o seu controle patrimonial deverá ser feito baseado na relação custo de aquisição/custo de controle do material.

Seminário Brasileiro de
Contabilidade
aplicada ao
Setor Público

Despesa com material de proteção ou segurança

Suponha que após a construção de um imóvel foi publicada uma lei que obriga a todos os imóveis instalarem **Sprinkler** - Chuveiros automáticos de Resposta Rápida. Caso essa determinação não seja atendida o imóvel não poderá funcionar. Dessa forma, o ativo não geraria fluxo caixa.

Classificação orçamentária **Port. 163: 4.4.90.51**

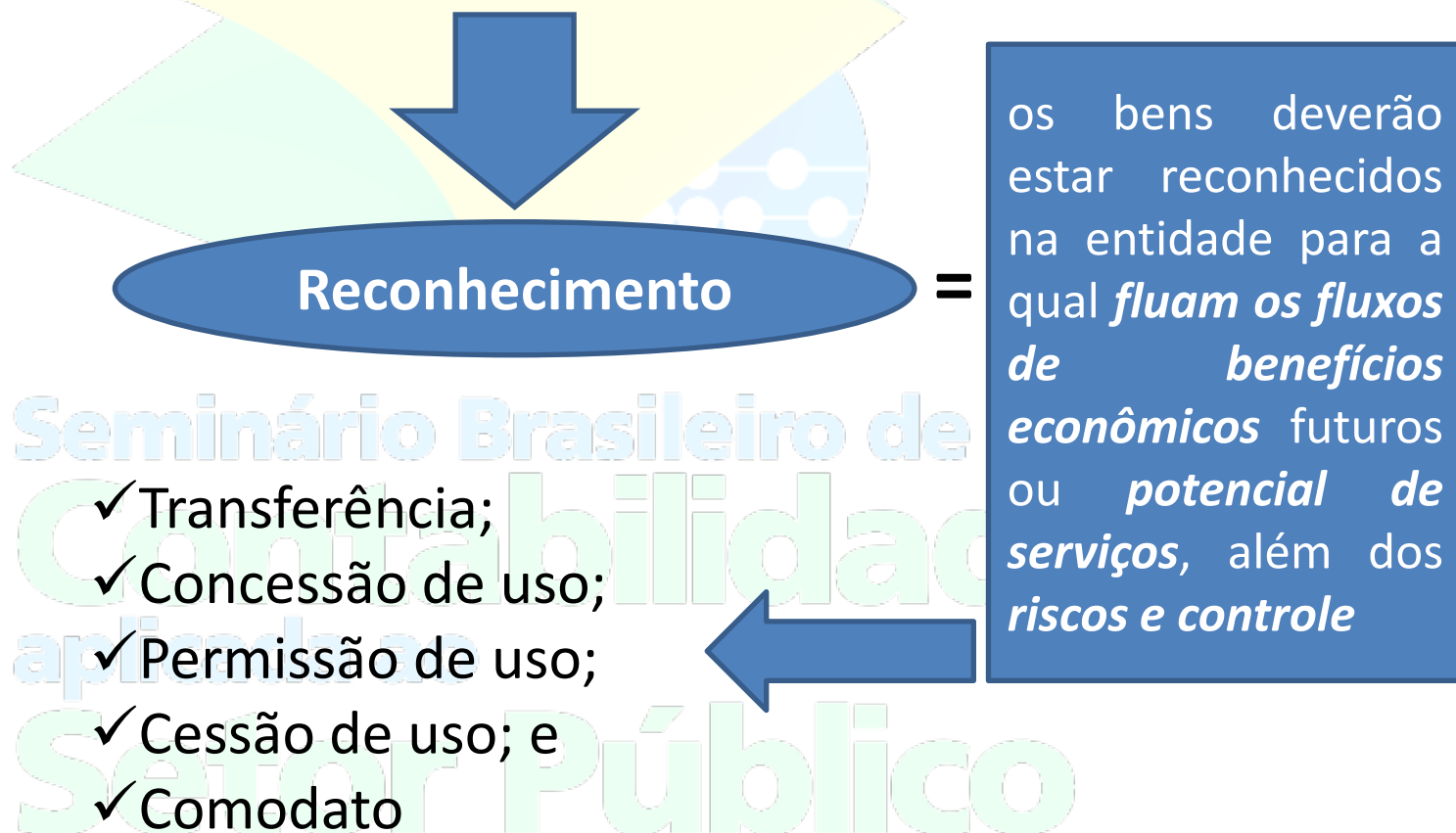
- 4 – Despesa capital
- 4 – investimento
- 90 – Aplicação direta
- 51 – obras e instalações

Identificação como Ativo Imobilizado:

*“a entidade deverá aplicar o princípio geral de reconhecimento para todos os **ativos imobilizados** no momento em que os custos são incorridos, incluindo os **custos** iniciais e os **subsequentes...**”*

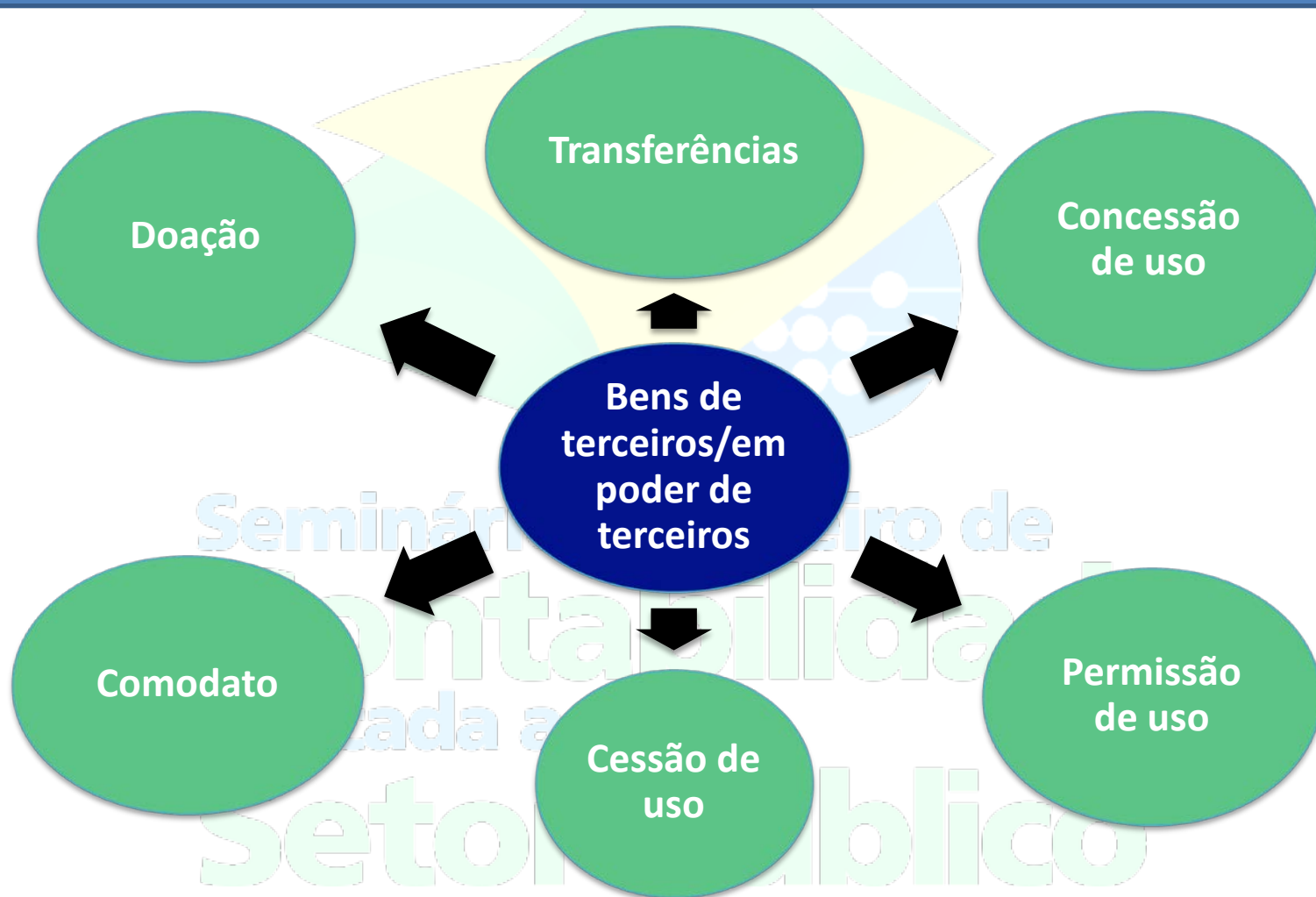
Bens da entidade em poder de terceiros e Bens de terceiros em poder da entidade

O tratamento dado aos bens em poder de terceiros e dos bens de terceiros em poder da entidade parte, essencialmente, da aplicação do conceito de **recursos controlados**.

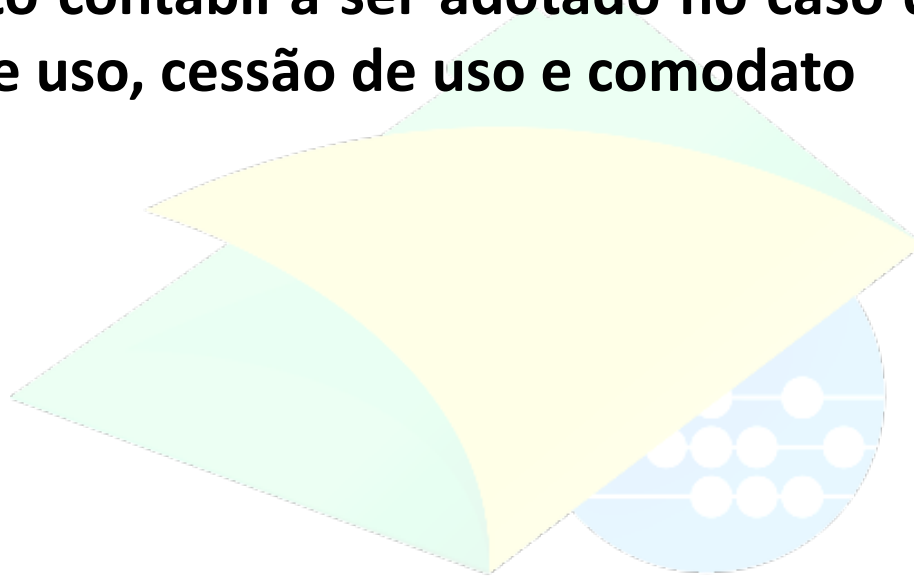


Bens da entidade em poder de terceiros e Bens de terceiros em poder da entidade

Situações em que há alteração do ente que detém a posse dos bens:

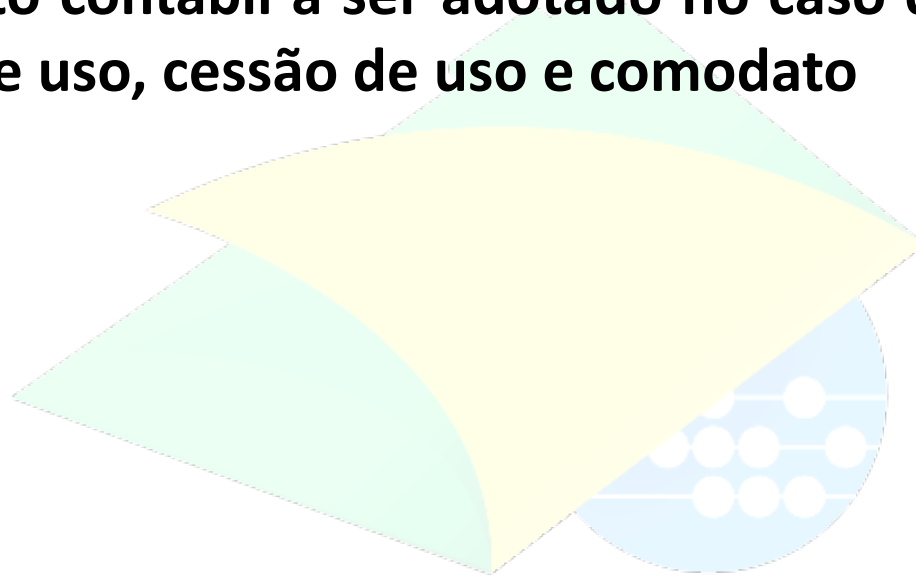


Procedimento contábil a ser adotado no caso da concessão de uso, permissão de uso, cessão de uso e comodato



Seminário Brasileiro de
Contabilidade
aplicada ao
Setor Público

Procedimento contábil a ser adotado no caso da concessão de uso, permissão de uso, cessão de uso e comodato



Seminário Brasileiro de
Contabilidade
aplicada ao
Setor Público



ATIVO INTANGÍVEL

aplicada ao
Setor Público

Conceito

É um ativo não monetário, *sem substância física, identificável, controlado* pela entidade e *gerador de benefícios econômicos futuros ou serviços potenciais*.

Não sendo atendidas estas características, o gasto decorrente de aquisição ou geração interna deverá ser reconhecido como **Variação Patrimonial Diminutiva**.

| | | | | | | | |
|--|---|---|---|---|---|---|---|
|  | KENWOOD |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| | | | | |  | | |

Ativo intangível é identificável quando:

- a) **For separável:** puder ser separado e vendido, transferido, licenciado, alugado, trocado, etc.;
- b) **Resultar de compromissos obrigatórios:** como direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de serem transferíveis ou separáveis.

O ágio derivado da **expectativa de rentabilidade futura** (*goodwill*) gerado internamente **não** deve ser reconhecido como ativo.

Ativo que contém elementos tangíveis e intangíveis: classifica-se como imobilizado ou intangível?

Avaliar qual elemento é **mais significativo**

ATIVO IMOBILIZADO

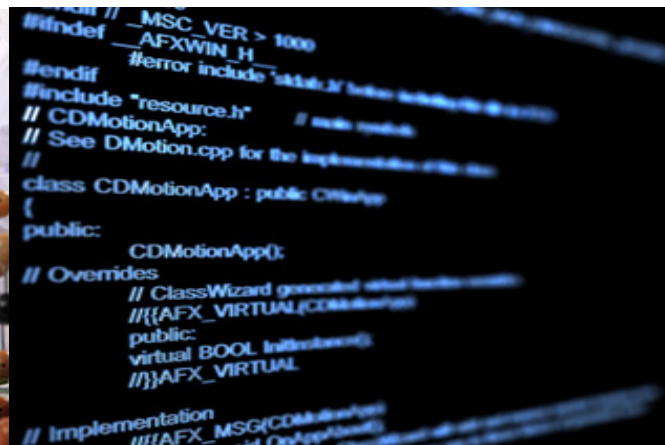
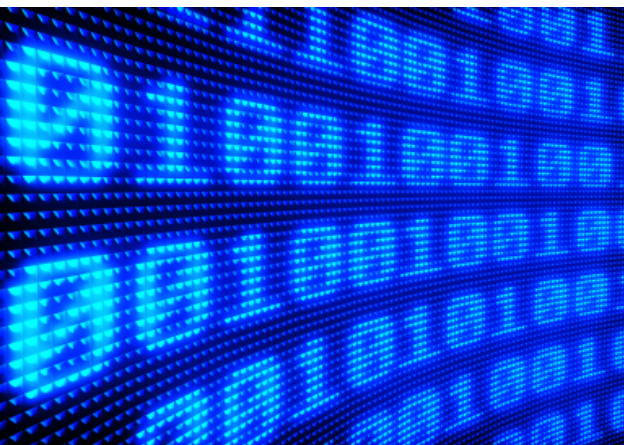
Ex.: Software de máquina ferramenta controlada por computador.

ATIVO INTANGÍVEL

Ex.: Software não é parte integrante do hardware.

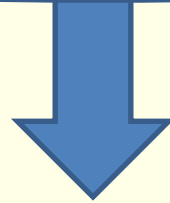
Formas de Reconhecimento:

- a) **Aquisição separada:** Registrar pelo preço de aquisição (observar tributos não recuperáveis e custos diversos);
- b) **Geração interna:** Separar as fases:
 - a) Fase de pesquisa: não deve ser reconhecido (gastos com pesquisa - VPD);
 - b) Fase de desenvolvimento: ativado quando observadas certas condições.
- c) **Aquisição por meio de transação sem contraprestação;**



Marcas, listas de usuários, direitos sobre folha de pagamento e outros itens de similares, ***gerados internamente, NÃO*** devem ser reconhecidos como intangíveis.

Deve ocorrer por:



Alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços com a sua utilização ou alienação.

Ganhos ou perdas decorrentes desta baixa devem ser reconhecidos no **resultado patrimonial**

Recomenda-se divulgar, para cada grupo de ativo imobilizado

- I. Os critérios de mensuração utilizados para determinar o valor contábil bruto;
- II. Os métodos de depreciação utilizados;
- III. As vidas úteis ou taxas de depreciação utilizadas;
- IV. O valor contábil bruto e a depreciação acumulada (mais as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas) no início e no final do período; e
- V. A conciliação do valor contábil no início e no final do período

Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Coordenador-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação

Leonardo Silveira do Nascimento

Gerente de Normas e Procedimentos Contábeis

Henrique Ferreira Souza Carneiro

Equipe Técnica

Antonio Firmino da Silva Neto

Arthur Lucas Gordo de Sousa

Carla de Tunes Nunes

Fernanda Silva Nicoli

**Seminário Brasileiro de
Contabilidade
aplicada ao
Setor Público**